CAMBIO E PREÇOS

EUGENIO GUDIN FILHO

CAMBIO E CAFÉ

1933 - 1934

POR

EUGENIO GUDIN FILHO

1934

OFFICINAS GRAPHICAS "ALMANAK LAEMMERT"
RUA CARLOS DE CARVALHO, 48
RIO DE JANEIRO

POLITICA DE CAMBIO

Em meados de abril do anno passado os Estados Unidos, procurando solver o grave problema de suas dividas commerciaes internas resolveu abandonar o padrão ouro, promovendo deliberadamente a desvalorização do dollar.

O Banco do Brasil, com o controle do cambio em suas mãos, teve de deliberar rapidamente sobre se deveria fazer o mil réis acompanhar o dollar ou não.

Já que os Estados Unidos provocavam a baixa do dollar por motivos de ordem puramente domestica, com os quaes nada tinhamos que ver, e considerando que não somos concorrentes da União Americana nos artigos de nossa exportação, parece, á primeira vista que o mil réis dever-se-ia ter conservado alheio á quéda do dollar.

De outro lado porém, a quéda do dollar deveria ter como consequencia um correspondente augmento de preço de todas as mercadorias, expressas em dollars,

inclusive o café, de sorte que acompanhando o dollar, esperava provavelmente o Banco do Brasil encontrar no augmento de preço do café em dollars a compensação necessaria para evitar o decrescimo eventual, e de certo prejudicial, do valor ouro total de nossa exportação. Accrescia a circumstancia de que, sendo a taxa de cambio official do Banco do Brasil mais elevada do que a taxa real (assim designando a taxa do cambio se livre fosse), a occasião pareceu de certo propicia ao Banco do Brasil para approximar a taxa official da taxa real.

Entre as duas politicas, escolheu o Banco do Brasil a segunda e até pouco tempo o mil réis acompanhou fielmente o dollar.

Essa desvalorização do mil réis data portanto de meiados de abril de 1933. Vamos apreciar as suas consequencias deante dos algarismos da exportação dos 8 primeiros mezes de 1933;

1933

EXPORTAÇÃO

	Café Saccas	Valor em £ ouro	Valor medio por sacca £ ouro	Outros productos Tons.	Valor em £ ouro	Valor médio por ton. £ ouro
Janeiro	1.290.000	2.819.000	2.3.8	77.036	825.000	10.14.2
Fevereiro	1.092.000	2.378.000	2 3.7	68.248	663.000	9 14.3
Março	1.210.000	2.649.000	2.3.9	73.409	833.000	11.6.11
Abril	1.078.000	2.187.000	2.0.0	69.362	704.000	10.2.11
Maio	1.210.000	2.146.000	1.15.6	81.865	855.000	10.8.11
Junho	1.351.000	2.230.000	1.13.0	103.892	964.000	9.5.7
Julho	1.486.000	2.199.000	1.9.7	96.636	866.000	8.19.2
Agosto	1.281.000	1.915.000	1.9.11	91.878	1.038.000	11.5.11
Média em igual periodo de 1932:	1.012.375	2.175.500	2.2.11	75.805	852.375	11.4.11

Estes algarismos trazem uma indicação das mais interessantes sobre a relação entre a taxa do cambio e o preço do café.

Todos sabem que, em via de regra, sóbe o valor ouro do café quando o cambio sóbe e inversamente cae o valor ouro do café quando cae o cambio.

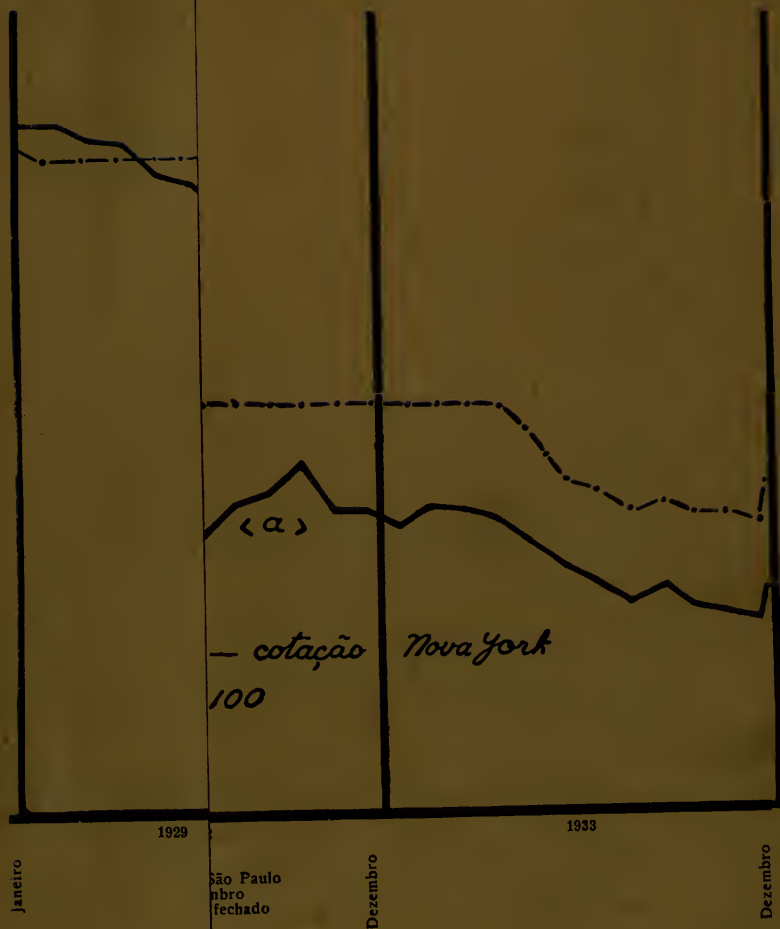
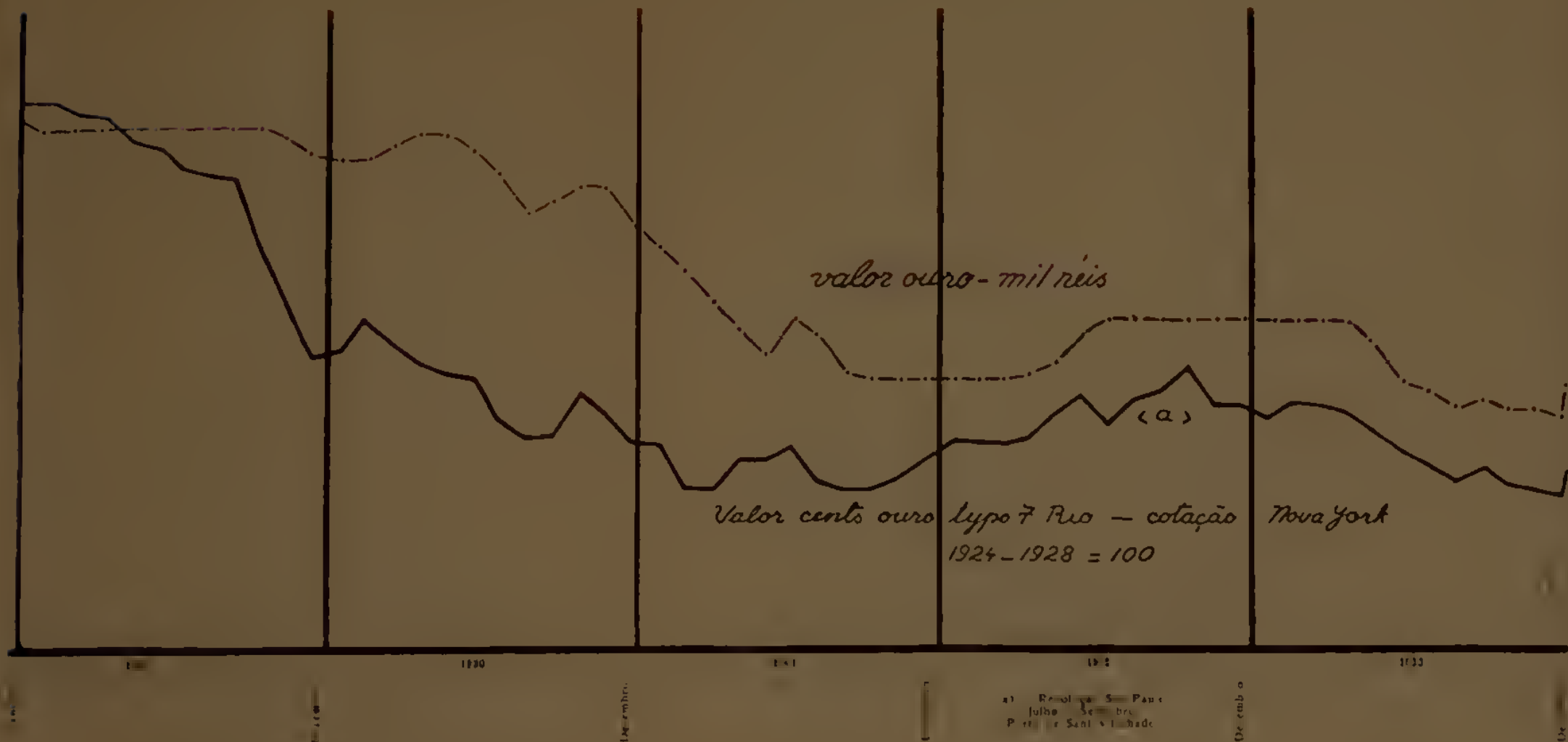
O diagramma junto, em que o traço cheio representa o preço em ouro do café e o traço pontilhado o valor do mil réis, indica mais uma vez, de modo evidente, o parallelismo dos dois valores.

Esse parallelismo é indiscutivel. O que se discute porém é qual dos dois factores é causa e qual é effeito.

É claro que se, por qualquer circumstancia, sóbe o valor ouro do sacco de café e se as quantidades exportadas permanecem as mesmas, a tendencia do nosso cambio é para a ascenção e vice-versa no caso de uma depressão do preço ouro do café.

Assim tambem, sempre que por uma deflação interna, ou por outro motivo, se promove uma alta de cambio brasileiro, constata-se uma alta no preço ouro do café, o que parece indicar que esse preço ouro é largamente influenciado pelo preço do café em mil réis no Brasil e que os americanos comprehendem que quando sóbe o valor da moeda brasileira, elles têm de pagar mais, em dollars, pela sacca de café. Inversamente quando o mil réis se desvaloriza, os nossos compradores de café sabem que podem continuar a adquiril-o por um determinado preço em mil réis e aproveitam a desvalo-

(a)
— cotação Nova York
100
1929
1933
Janeiro
São Paulo
nbro
fechado
Dezembro
Dezembro

valor ouro-mil réis
(a)
Valor cents ouro typo 7 Rio — cotação Nova York
1924-1928 = 100

rização desse mil réis forçando a baixa do preço ouro do café.

Este ultimo principio parece ser confirmado pelos algarismos do quadro acima e o que ha de particularmente interessante neste caso é que a baixa do nosso cambio não foi desta vez um phenomeno natural; não foi consequencia de nada; foi uma providencia artificial, forçada e deliberada.

Essa baixa de cambio não póde pois, desta vez, ser apreciada como effeito e sim sómente como causa.

O café que durante os oito primeiros mezes de 1932 e em Janeiro, Fevereiro e Março de 1933 se mantivera no preço de 43 shillings ouro por sacca, cahiu em abril a 40 shillings, em Junho a 33 shillings e em Agosto a 30 shillings.

Em Janeiro exportamos 1.290.000 saccas e recebemos £ 2.819.000, ao passo que em Agosto a mesma quantidade de café produziu apenas £ 1.915.000, o que prova que, entre muitos outros maleficios que nos causa a depreciação de nossa moeda, devemos inscrever em primeiro logar a quéda das nossas disponibilidades em ouro no exterior, resultante da depreciação do valor ouro do nosso principal producto de exportação.

Não se trata aqui de discutir se convém ou não ao Brasil baixar o preço do café para combater os seus concurrentes. Ha partidarios dessa politica do café, como ha os que acreditam inutil essa tentativa de destruição porque os nossos concurrentes de uma ou de outra fórma, acompanham os nossos preços. Isso é po-

rém uma questão de politica cafeeira, que não está aqui em fóco.

O que os algarismos deste quadro e deste diagramma indicam é que a quéda da nossa taxa cambial, acompanhada como sempre acontece pela quéda do valor ouro do nosso principal producto de exportação, tem por effeito reduzir as nossas já escassas disponibilidades ouro no exterior.

——o——

PROSPERIDADE A CAMBIO BAIXO

Poucos paizes têm tido como o Brasil uma tão vasta experiencia de fluctuações cambiaes.

Poderiamos abrir aqui uma escola de especialização de cambio em que, como alumnos, muito teriam de aprender o presidente Roosevelt, Sir Otto Niemeyer, o sr. Frederico Kent e outros novatos que só agora estão tendo opportunidade de se iniciar nos mysterios e nas subtilezas dos phenomenos resultantes das variações cambiaes.

Sob esse aspecto, cabe-nos a primazia. O Brasil tem servido de cobaia para todas as experiencias de cambio em "anima vili".

Na multiplicidade das nossas crises cambiaes, sempre apparece a "poussée" dos exportadores no sentido da baixa do cambio.

O seu objectivo é muito claro e muito simples. Cada vez que o cambio baixa, o exportador recebe uma quantidade maior de mil réis pelo mesmo preço ouro de sua

mercadoria vendida no exterior e como os custos de producção interna só lentamente se vão elevando na proporção da desvalorização da nossa moeda ha um largo periodo durante o qual recebem os exportadores, pela venda de seus productos no exterior, uma importancia em mil reis, de muito superior aos seus custos de producção.

Ao fim de algum tempo, os preços internos se reajustam ao novo valor da nossa moeda e a vantagem desapparece, até que se provoque, por qualquer motivo, uma nova quéda cambial.

É o regimen a que os francezes chamam de "prime á l'exportation" e que o illustre dr. José Maria Whitaker tão bem definiu uma vez, dizendo que os exportadores — e com elles uma bôa parte da industria nacional — não desejavam propriamente cambio baixo e sim cambio cadente.

Com a politica cambial adoptada pelo Banco do Brasil, obrigando os exportadores a lhe venderem suas letras á taxa do cambio official, a questão retomou toda sua actualidade, insurgindo-se os exportadores contra a obrigação de cederem essas letras ao Banco a um preço em moeda nacional, mais baixo do que obteriam no mercado livre.

Clamam os exportadores contra essa injustiça.

Ha porém desde logo uma objecção preliminar. É que emquanto que o nosso cambio cahiu de 6d. a 4d., isto é, de £ a 40$000 a £ a 60$000, o custo da vida entre nós — e portanto os custos de producção — não augmen-

taram. Ao contrario, o nivel do custo da vida tem até baixado um pouco.

A explicação dessa anormalidade se encontra no facto de, parallelamente á quéda do nosso cambio, terem tambem cahido os preços ouro das mercadorias importadas, de maneira que o seu custo em mil réis se conservou approximadamente constante.

Ora, se não houve augmento de custo de producção, se esses custos continuam os mesmos que eram quando o cambio estava a 6d., parece não haver injustiça alguma no facto do Banco do Brasil pagar as letras que compra dos exportadores nas bases do cambio official.

Allegam porém ahi os exportadores — e com razão — que se é verdade que os seus custos de producção não augmentaram, não é menos verdade que cahiram apreciavelmente os preços ouro das mercadorias exportadas e que, por conseguinte, mantida a mesma taxa de cambio, o producto em mil réis da venda de suas mercadorias exportadas é inferior ao que era ha tres annos e por vezes mesmo inferior ao custo de producção. É um argumento que tem, não ha negar, o mais completo fundamento e se pudessemos encarar a questão do unico ponto de vista da justiça economica e social, não haveria como deixar de dar razão aos exportadores.

Infelizmente, porém, a questão não é de justiça ou de injustiça e sim de ordem pratica, para ver se é possivel alcançar o objectivo collimado pelos exportadores.

No capitulo anterior sobre "Politica de Cambio", mostramos para o caso especial do café, que os preços ouro da nossa principal mercadoria de exportação, têm fielmente acompanhado a desvalorização da nossa moeda. Mostramos que 1.300.000 saccas de café vendidas em janeiro de 1933, antes da quéda do nosso cambio parallelamente ao dollar, haviam produzido £ ouro 2.819.000, emquanto que a mesma quantidade de saccas em agosto do mesmo anno, depois da quéda do nosso cambio, haviam produzido apenas £ ouro 1.915.000.

Explicámos as razões, já tão conhecidas, desse phenomeno. É que "em um mercado deprimido", quem manda é o comprador e não o vendedor e quando o comprador sabe que nós lhe podemos vender uma determinada mercadoria por 40$000 digamos, elle nos força, com a predominancia de sua posição de comprador, a entregal-a por esse preço, pouco mais ou menos, mesmo que o nosso cambio tenha cahido, até porque em mercado deprimido — como são hoje todos os mercados — são os proprios vendedores e exportadores que forçam a baixa com o affluxo de suas offertas.

Consequencia: baixa o cambio, desvaloriza-se a nossa moeda, cáe o producto ouro de nossa exportação, com grande prejuizo para a communhão nacional e sem vantagem apreciavel para os exportadores.

O que assim acontece com o café, de um modo muito claro, por se tratar de uma mercadoria de que nós somos, de muito, os maiores vendedores, acontece tambem em menor escala com os demais productos.

Ainda ultimamente, tendo o Banco do Brasil augmentado a quota de cambio livre (cambio cinzento) para o cacáo, baixou o preço ouro do cacáo, pela pressão dos compradores e affluencia de offertas dos vendedores.

Não ha negar porém que com os nossos varios productos, para os quaes os contingentes de nossas vendas no mercado mundial não têm a importancia dos do café, acontece, ás vezes, que os preços papel de exportação beneficiam, pelo menos em parte, de uma taxa de cambio mais baixa e ahi está a razão por que o Banco do Brasil creou o "cambio cinzento", que consiste em liberar, para venda no mercado livre, uma certa porcentagem do montante das letras de exportação desses varios productos.

É uma medida com a qual tem procurado o Banco do Brasil incentivar a nossa exportação.

Esse palliativo não altera, porém, a regra geral de que "em um mercado deprimido" a quéda da taxa cambial beneficia muito mais aos compradores do exterior, que passam a adquirir a mercadoria por um preço ouro mais baixo, do que aos nossos productores e exportadores.

É interessante a este respeito verificar-se como a nossa experiencia neste assumpto tem encontrado inteira confirmação em outros paizes.

Em 23 de novembro de 1932, escrevia a Junta Consultiva do Ministerio da Fazenda Argentino o seguinte:

"7.• — Estudiada la possibilidad de que la desvalorización de nuestro signo monetario pudiera redundar en la valorización de nuestros productos exportables, la Junta Consultiva, concordando con la opinión expresada por la casi totalidad de las personas especializadas a quienes ha consultado, llega a la conclusión de que tal medida no se traduciria en una mejora permanente de los precios de dichos productos, por cuanto la présion que ejercerian, en virtude de aquella desvalorización, los vendedores en los mercados del exterior, acentuaria la concurrencia de ofertas, determinando en corto tiempo una nueva baja de precios hasta absorver todo margen. Por otra parte, esta politica determinaria, a su vez, en los paizes compradores, la muy fácil de elevar más sus tarifas aduaneiras para combatir o anular los efectos de cualquier nueva depreciación de nuestra moneda".

No "The Economist", de setembro ultimo, em artigo intitulado "prosperidade pela depreciação do cambio", encontramos o seguinte:

"Estas conclusões foram verificadas pela experiencia das grandes inflacções monetarias européas nos primeiros annos do

seculo XX, que provaram que as exportações só podem ser "estimuladas" a custo de prejuizos para a economia nacional.

Com effeito, os prejuizos são condição essencial para o estimulo.

A conclusão geral evidencia que um plano para auxiliar os negocios de exportação por intermedio de uma depreciação de cambio equivale em seus effeitos a dar aos exportadores um subsidio á custa da communidade, de forma que lhes permitta augmentar os seus proventos e ainda dar parte aos estrangeiros gratuitamente.

Um tal plano está condemnado por si proprio. A inflacção, si bem que se possa allegar motivos beneficos em outras direcções, significa um prejuizo inevitavel para a nação na esphera do commercio exterior".

Por onde se vê que a creação de prosperidade pela depreciação da moeda não passa de uma chimera, até porque, se assim não fosse, já estariam todos os cambios a zéro.

CAMBIO E REAJUSTAMENTO

Do ponto de vista da justiça social como sob o aspecto de equidade na distribuição dos beneficios, o plano do Reajustamento Economico tem sido objecto de uma critica sincera, cerrada e em geral irrespondivel, tanto na imprensa como no Parlamento.

Só resta de pé, até agora, o fundamento consubstanciado no primeiro "considerando" do decreto e relativo á justiça em se restituir ao agricultor e ao criador o prejuizo que tiveram, por terem sido forçados a vender suas cambiaes ao Banco do Brasil, á taxa do cambio official.

Ora, esse fundamento não assenta sobre bases menos falsas que as demais. Se não vejamos.

Preliminarmente, o argumento só póde ser decentemente invocado para o caso dos productos agricolas ou pecuarios exportados para o exterior, pois do contrario não ha cambiaes.

Pergunta-se pois desde logo: o que tem com o caso o assucar, que não é mercadoria de exportação? O que tem com isso o algodão que não é exportado e bem assim o que se exporta pelo cambio cinzento? A que titulo entram os productos da pecuaria riograndense do sul, que escapam, por bem mais de metade, á fiscalização bancaria, como aliás escapariam os productos de outros Estados se tivessem fronteiras com o estrangeiro?

Basta pois esta preliminar para praticamente restringir ao café a applicação do argumento-mestre do decreto, que é o argumento cambial.

Examinemos pois esse caso.

Supponhamos que o governo liberasse o mercado de cambio e que a taxa cahisse de 4 a 3 pence, isto é, que subisse a libra de 60$000 a 80$000.

Teriamos instantaneamente o encarecimento em mil réis de todas as mercadorias de importação: gazolina, carvão, machinas, trigo, instrumentos de lavoura, etc.

Por outro lado, suppondo que com a baixa da taxa cambial subissem em mil réis os preços de nossos productos de exportação — o que está longe de ser provavel como acaba de ser praticamente provado na Argentina — qual seria a consequencia?

Subindo, no mercado interno o preço do algodão, do café, dos couros, da banha, da carne, etc., a alta de preço desses artigos de exportação, conjugada com a alta instantanea das mercadorias de importação, teria

como consequencia fatal, dentro de curto prazo, a elevação do custo da vida e alta inevitavel e justa do salario.

É a esse phenomeno tão claro e que se verifica fatalmente em tempos normaes, que se refere, em technica financeira, a chamada theoria da paridade do poder de compra. Isso quer dizer que, passados alguns mezes, o fazendeiro de café veria annullado o beneficio resultante da alta do café em mil réis, por ter tambem augmentado, na mesma proporção, o custo da producção desse café.

Donde se vê que o "prejuizo" dos productores de café, resultante da politica cambial em vigor, é muito mais apparente do que real.

Note-se: neste raciocinio estamos suppondo que, no caso da baixa da taxa cambial, o prejuizo do fazendeiro, resultante da elevação do custo da vida e do salario, seria compensado pelo augmento do preço pelo qual elle venderia as cambiaes de seu café para o exterior.

Mas isso, em um "mercado deprimido", como é o de uma mercadoria superabundante, não passa de uma hypothese gratuita, como se demonstra em outro capitulo.

"Dada uma mesma posição estatistica", o preço do café em centavos americanos oscilla parallelamente ao valor do mil réis, isto é, á taxa cambial, o que quer dizer que uma baixa de cambio de 4 a 3 pence — soi-disant" lucrativa para o fazendeiro — teria como provavel resultado uma baixa correspondente do preço

de café em centavos americanos, de maneira a ficar praticamente inalterado o seu preço em mil réis.

A consequencia, nesse caso, seria a de uma forte perda de substancia para o Brasil, em beneficio do estrangeiro e em verdadeiro logro para o fazendeiro, que veria augmentado o custo da producção e inalterado o preço de venda.

Para maiores informações, será favor dirigir-se á Republica Argentina, que é aqui perto e onde a experiencia da quéda cambial de 20 por cento, causou grave damno ao paiz, sem beneficio para os productores.

Donde se vê que o proprio argumento-mestre do Reajustamento repousa sobre falsos alicerces.